



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
ECONOMISTA

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFEs; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Um consumidor se defronta com dois bens, X e Y, e tem que fazer escolhas sobre quanto consumir de cada bem. Suas preferências com respeito ao consumo desses bens podem ser apresentadas por meio de curvas de indiferença. Sobre as curvas de indiferença, é correto afirmar:
- (A) Se os bens X e Y forem substitutos perfeitos, as curvas de indiferença terão a forma de L.
 - (B) Se os bens X e Y forem complementares perfeitos, a declividade das curvas de indiferença será constante em toda a sua extensão.
 - (C) A taxa marginal de substituição do bem X pelo bem Y é dada pela declividade das curvas de indiferença.
 - (D) Em um mapa de indiferença constituído por curvas de indiferença negativamente inclinadas, as combinações de bens situadas nas curvas mais próximas à origem dos eixos são preferíveis às situadas em curvas mais afastadas.
 - (E) Se os bens X e Y forem substitutos perfeitos, as curvas de indiferença serão convexas.
- 22 A curva de preço-consumo e a curva de renda-consumo especificam as combinações de dois bens que, para cada nível de preço e renda, maximizam a satisfação do consumidor. A respeito do formato dessas curvas, é correto afirmar:
- (A) Se os dois bens forem bens normais, a curva de renda-consumo terá declividade negativa.
 - (B) Se um dos bens for um bem de Giffen, a curva de preço-consumo terá declividade positiva.
 - (C) Se um dos bens for um bem de Giffen, a curva de renda-consumo terá declividade positiva.
 - (D) Se a curva de renda-consumo for positivamente inclinada, a curva de preço-consumo terá declividade negativa.
 - (E) Se os dois bens forem bens normais, tanto a curva de renda-consumo como a curva de preço-consumo terão declividade positiva.



- 23 A determinação analítica da curva de demanda individual é feita a partir das escolhas de bens que o consumidor faz, em face de uma restrição orçamentária, à medida que ocorrem modificações em seus preços. Modificações nos preços dos bens criam um efeito substituição e um efeito renda. Sobre o assunto, é correto afirmar que os (a)
- (A) curva de demanda, determinada a partir da curva de preço-consumo, mostra que quanto mais baixo for o preço do bem, mais elevado será o nível de satisfação que o consumidor experimenta.
 - (B) curva de demanda individual, por ser determinada a partir da curva de preço-consumo, relaciona o preço de um determinado bem com as quantidades desse bem que proporcionam ao consumidor o mesmo nível de satisfação.
 - (C) bens de Giffen apresentam curvas de demanda com inclinação ascendente porque as modificações nas quantidades provocadas pelo efeito preço compensam as provocadas pelo efeito renda.
 - (D) bens inferiores, por apresentarem efeito renda negativo, ou seja, aumentos de renda provocam redução no consumo do bem, apresentam curvas de demanda com inclinação ascendente.
 - (E) bens normais apresentam curvas de demanda com inclinação negativa porque o efeito renda não é suficientemente forte para compensar o efeito substituição.
- 24 A demanda do bem X é apresentada pela equação $Q_x = - 4P_x + 2Y - 0,3P_y + 0,4P_z$. Na equação, Q_x representa a quantidade demandada do bem X, P_x o preço do bem X, Y a renda, P_y o preço do bem Y e P_z o preço do bem Z. Analisando-se a equação, é correto afirmar que o bem X é um bem
- (A) inferior, mas não é um bem de Giffen.
 - (B) de Giffen.
 - (C) complementar ao bem Z.
 - (D) substituto do bem Z.
 - (E) substituto do bem Y.
- 25 Sejam as funções oferta e demanda apresentadas pelas equações $Q_x = - 40 + 4P_x$ e $Q_x = 200 - 2P_x$, nas quais Q_x e P_x representam, respectivamente, a quantidade e o preço do bem X. No ponto das curvas de demanda e de oferta que corresponde ao ponto de equilíbrio de um mercado de concorrência perfeita, o valor do coeficiente de elasticidade-preço indica que
- (A) tanto a demanda como a oferta são inelásticas.
 - (B) a demanda é inelástica e a oferta elástica.
 - (C) tanto a demanda como a oferta são elásticas.
 - (D) a demanda é elástica e a oferta inelástica.
 - (E) tanto a demanda como a oferta são de elasticidade-preço unitárias.
- 26 Em uma função de produção na qual todos os insumos são fixos, exceto o trabalho, é correto afirmar, com respeito à produtividade do trabalho, que
- (A) enquanto a produtividade marginal for maior do que a produtividade média, esta será crescente.
 - (B) as produtividades média e marginal alcançam seus valores máximos para uma mesma quantidade de trabalho.
 - (C) é condição necessária para que a produtividade média cresça, que a produtividade marginal seja crescente.
 - (D) é condição necessária para que a produção total cresça, que a produtividade média seja crescente.
 - (E) os valores máximos da produtividade média e da produtividade marginal são iguais.
- 27 Na função de produção representada pela equação $Q = 2LK^{1/2}$, L e K representam, respectivamente, quantidades de trabalho e capital e Q, quantidade de produto. É correto afirmar que esta função apresenta
- (A) rendimentos de escala decrescentes.
 - (B) rendimentos físicos marginais crescentes.
 - (C) rendimentos constantes de escala.
 - (D) rendimentos físicos marginais decrescentes.
 - (E) rendimentos de escala crescentes.



- 28 Uma empresa produz 10 unidades de um determinado produto com custo fixo de \$100. A empresa paga \$150 de salário a cada um de seus empregados que trabalham com produtividade média de 12 e produtividade marginal igual a 15. A respeito dos custos dessa empresa, é correto afirmar que o (a)
- (A) custo variável médio é menor do que o custo fixo médio.
 - (B) custo fixo médio é igual a \$ 12,5.
 - (C) custo médio é menor do que o custo marginal.
 - (D) empresa está operando na região decrescente da curva de custo médio.
 - (E) estratégia para reduzir o custo médio é diminuir a produção.
- 29 A autonomia que a empresa pode ter para estabelecer o preço de venda do seu produto depende da estrutura do mercado no qual desenvolve suas operações. Assim, se a empresa opera em um mercado
- (A) de concorrência perfeita, o *markup* que praticará será o mesmo que o adotado pelas demais concorrentes.
 - (B) de oligopólio, devido à forte concorrência entre as empresas, o preço pelo qual venderá o seu produto será aquele estabelecido pelo mercado.
 - (C) de concorrência monopolística, seu poder de mercado dependerá de sua capacidade de promover a diferenciação do seu produto.
 - (D) no qual é monopolista, poderá estabelecer o preço mais conveniente, independentemente das condições de demanda, por ser ela a única ofertante do bem.
 - (E) de concorrência perfeita, a discriminação de preço apresenta-se como uma boa estratégia de maximização de lucro.
- 30 O modelo de Cournot é um modelo clássico de descrição de como se estabelecem o preço e a quantidade de equilíbrio em um mercado de oligopólio. Em conformidade com os pressupostos do modelo, é correto dizer que
- (A) a curva de reação mostra a quantidade que será produzida por uma empresa, após tomar conhecimento da quantidade que está sendo produzida pela concorrente.
 - (B) as empresas produzem mercadorias homogêneas, cada uma delas considera fixo o nível de produção da concorrente e todas decidem simultaneamente a quantidade a ser produzida.
 - (C) o preço de equilíbrio que vigorará no mercado será o preço estabelecido pela empresa líder, sendo esse preço determinado pelo custo marginal da produção.
 - (D) o equilíbrio de Cournot é um equilíbrio de Nash no qual cada empresa que participa do mercado produz uma quantidade que maximiza os lucros em função da quantidade produzida pela empresa líder.
 - (E) as empresas que participam do mercado determinam os níveis de produção que cada uma delas deverá realizar, de forma a garantir a maximização do lucro conjunto.
- 31 A partir de uma análise comparativa feita entre as estruturas de mercado de concorrência perfeita e de monopólio, é correto afirmar:
- (A) A eficiência econômica é alcançada no mercado de concorrência perfeita e, por essa razão, não se fazem necessárias intervenções governamentais nesse tipo de mercado.
 - (B) Em um mercado competitivo, a perda de bem-estar por parte de consumidores e produtores provocada pelo estabelecimento de um preço mínimo por parte do governo é maior do que a provocada pelo estabelecimento de um preço máximo.
 - (C) Tanto no mercado de concorrência perfeita como no monopólio, a condição de maximização de lucro é que receita marginal e custo marginal sejam iguais, logo, os dois mercados, nesse aspecto, são eficiência de Pareto.
 - (D) A regulamentação do preço de comercialização dos bens, quer no mercado concorrencial quer no mercado monopolizado, torna os mercados ineficientes.
 - (E) Quanto mais inelástica for a curva de demanda com a qual se defronta uma empresa monopolista, mais próximo do preço competitivo estará o preço do monopólio.
- 32 A demanda do bem X atendida por um monopolista é descrita pela equação $Q_x = 300 - P_x$ e o custo de produção definido por $C = 2Q_x$ em que, Q_x representa a quantidade do bem, P_x o seu preço e C o custo da produção. O preço, medido em \$, e a quantidade, medida em unidades, que maximizam o lucro da empresa são, respectivamente,
- (A) 153 e 151
 - (B) 152 e 150
 - (C) 151 e 149
 - (D) 150 e 148
 - (E) 149 e 147



- 33 O regime ou sistema de metas de inflação foi adotado pelo Banco Central a partir de julho de 1999 como regra para a política monetária. Passa, então, a ser função do Banco Central e da política monetária o cumprimento da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Sobre o regime de metas de inflação, é correto afirmar que o (a)
- (A) adoção do regime de metas significou o abandono da Regra de Taylor da Política Monetária no Brasil.
 - (B) instrumento essencialmente utilizado nesse sistema é a taxa de juros que visa atacar a inércia inflacionária e os choques de oferta.
 - (C) alto crescimento econômico ocorrido em 1999 contribuiu para que o sistema de metas de inflação não fosse exitoso.
 - (D) adoção do sistema de câmbio flutuante e a perda da âncora cambial como referencial de preços contribuíram para a utilização do regime de metas para a inflação.
 - (E) adoção do sistema de metas não contribuiu para restabelecer a confiança dos indivíduos e nem para evitar que o choque cambial se transformasse em pressão inflacionária.
- 34 Um projeto empresarial para não incorrer em prejuízo deve, no mínimo, alcançar um volume de produção obtido a partir da determinação de seu (sua)
- (A) Taxa interna de retorno.
 - (B) Valor presente.
 - (C) Ponto de nivelamento.
 - (D) Tempo de recuperação.
 - (E) Valor atual líquido.
- 35 Dentre os planos econômicos de combate à inflação executados no Brasil, nas décadas de 80 e de 90, listados nas alternativas abaixo, um deles, em sua etapa preparatória, criou uma moeda de conta para vigorar em paralelo à moeda corrente por um curto período, plano esse denominado
- (A) Plano Bresser.
 - (B) Plano Cruzado.
 - (C) Plano Real.
 - (D) Plano Verão.
 - (E) Plano Collor.
- 36 Definem-se, tecnicamente, como “moeda escritural” o(os)
- (A) vales ou tíquetes-refeição.
 - (B) papel moeda.
 - (C) Certificados de Ações.
 - (D) depósitos à vista nos bancos comerciais.
 - (E) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).
- 37 Se a curva da preferência pela liquidez possuir apenas um segmento, o intermediário, de elasticidade variável, então, nesse caso, um aumento das transferências do Governo como, por exemplo, no Programa Bolsa Família, *ceteris paribus*, provocará
- (A) redução na taxa de juros e no Produto.
 - (B) aumento na taxa de juros e no Produto.
 - (C) aumento na taxa de juros e redução no Produto.
 - (D) redução na taxa de juros e aumento no Produto.
 - (E) aumento no produto, mas não provocará nenhum efeito na taxa de juros.
- 38 De acordo com o modelo IS-LM, se a economia encontra-se na situação da “armadilha de liquidez”, uma política anticíclica expansiva efetiva a ser adotada seria o (a)
- (A) redução da taxa de juros.
 - (B) expansão dos meios de pagamentos.
 - (C) aumento do déficit público.
 - (D) redução do déficit público.
 - (E) valorização da taxa de câmbio.



- 39 Sobre os conceitos de déficit público e dívida pública no Brasil, é correto afirmar que o (a)
- (A) déficit público pelo conceito acima da linha é calculado com base na variação da dívida pública, ou seja, pelas Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP).
 - (B) déficit nominal indica o fluxo líquido de novos financiamentos obtidos ao longo de um ano pelo setor público, financeiro e não financeiro, em suas várias esferas: União, Governos Estaduais e Municipais, Empresas Estatais e Previdência Social.
 - (C) Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) no Brasil corresponde à soma das dívidas interna e externa do setor público (governo federal, estados e municípios, previdência e Banco Central) junto ao setor privado, **com** a inclusão da base monetária e a **exclusão** de ativos do setor público, tais como reservas internacionais, créditos com o setor privado, valores das privatizações, bem como dos valores relativos às estatais.
 - (D) Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) corresponde à soma das dívidas interna e externa do setor público (governo federal, estados e municípios, previdência e Banco Central) junto ao setor privado, **sem** a inclusão da base monetária mas com a **inclusão** dos ativos do setor público, tais como reservas internacionais, créditos com o setor privado, valores das privatizações, bem como dos valores relativos às estatais.
 - (E) déficit operacional é maior do que o déficit primário porque adicionam-se a este último as despesas financeiras líquidas do setor público, ou seja, juros e atualização monetária.
- 40 Quando a taxa de variação do IPCA se eleva acima da banda superior da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o Comitê de Política Monetária (COPOM) costuma reagir
- (A) reduzindo a taxa de redesconto (assistência financeira à liquidez).
 - (B) aumentando a taxa do recolhimento compulsório dos bancos.
 - (C) reduzindo a taxa SELIC.
 - (D) elevando a taxa SELIC.
 - (E) aumentando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- 41 Se os agentes econômicos observarem que, por efeito de uma expansão monetária, a inflação efetiva é maior do que aquela que antes projetaram, de acordo com a visão monetarista, tem-se na economia
- (A) aumento do emprego e do Produto no curto e no longo prazo.
 - (B) subida de preços, mas não do Produto e nem do emprego no curto prazo.
 - (C) desemprego igual à sua Taxa Natural.
 - (D) aumento do emprego e do Produto no curto prazo.
 - (E) queda no nível de emprego e do Produto.
- 42 A taxa de desemprego tende a aumentar quando o governo adota políticas de redução da inflação. Esse fenômeno é descrito na literatura econômica por
- (A) lei de Okun.
 - (B) lei de Say.
 - (C) inflação inercial.
 - (D) curva de Phillips.
 - (E) desemprego friccional.
- 43 Uma política econômica que alie redução de gastos públicos com aumento de impostos deve produzir inicialmente
- (A) redução do déficit público e aumento da inflação.
 - (B) redução do Produto e aumento da inflação.
 - (C) redução do déficit público e do Produto.
 - (D) redução da dívida pública e do Produto.
 - (E) redução da dívida pública e da inflação.
- 44 Reinvestimentos feitos no Brasil por empresas estrangeiras, de parte dos lucros obtidos no país, são registrados no Balanço de Pagamentos na rubrica
- (A) Conta Capital.
 - (B) Conta Financeira.
 - (C) Rendas.
 - (D) Serviços.
 - (E) Outros Créditos.



- 45 Das cinco instituições que compõem o Grupo Banco Mundial, apenas uma inclui em suas atividades operacionais a participação acionária na capitalização de empreendimentos, além de financiamentos. Essa instituição é o (a)
- (A) Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).
 - (B) Corporação Financeira Internacional (CFI).
 - (C) Agência Internacional de Desenvolvimento (AID).
 - (D) Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI).
 - (E) Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI).
- 46 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro (IDHM), que é divulgado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) no Brasil, com números sobre estados e municípios, é um índice sintético que tem como base indicadores de
- (A) renda per capita, saneamento e educação.
 - (B) longevidade, educação e saúde.
 - (C) expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil e educação.
 - (D) renda per capita, longevidade e educação.
 - (E) saúde, renda per capita e saneamento.
- 47 O Banco da Amazônia tem como principal fonte de recursos para financiamentos de projetos na Região Norte o (os)
- (A) Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).
 - (B) Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).
 - (C) Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
 - (D) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
 - (E) Depósitos do Público (à vista, a prazo e em poupança).
- 48 Os projetos de captação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), conforme a legislação, são geridos e operados, respectivamente, pelas seguintes instituições:
- (A) Ministério da Integração Regional (MIR) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).
 - (B) MIR e Banco da Amazônia.
 - (C) SUDAM e Banco da Amazônia.
 - (D) Banco do Brasil e SUDAM.
 - (E) SUDAM e Banco da Amazônia, juntamente com outras instituições financeiras oficiais federais.
- 49 De acordo com o estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o chamado "limite prudencial" para as Despesas de Pessoal da União corresponde a um percentual de sua Receita Corrente Líquida anual de
- (A) 50,0%.
 - (B) 60,0%.
 - (C) 49,0%.
 - (D) 47,5%.
 - (E) 57,0%.
- 50 A distribuição da renda e da propriedade em uma economia pode ser mensurada pelo indicador
- (A) Renda per capita.
 - (B) PIB per capita.
 - (C) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
 - (D) Índice de Gini.
 - (E) Índice de Lorenz.